

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.774 - CE (2020/0039033-0)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
IMPETRANTE : RAFAELA PACHECO NUNES
ADVOGADO : CARLOS FILIPE CORDEIRO D'AVILA - CE022570
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará que revogou os atos de concessão de outorga de delegação de serviços notariais e cartorários disponibilizados no Diário da Justiça de 20 de janeiro de 2020 da impetrante, ficando sobrestada tal outorga até ulterior trânsito em julgado da demanda judicial por ela apresentada.

A impetrante afirma:

3.11. Cumpre realçar que nem a inscrição da candidata nem sua participação em qualquer das fases do concurso encontram-se sub judice, bem como a serventia escolhida não se encontra em tal situação, mas, isto sim, disponível para outorga por provimento. portanto, a única situação que carece de trânsito em julgado é afeta a esse dois pontos referentes à prática jurídica da impetrante, sem os quais, ainda assim, a candidata estaria aprovada, dentro do número de vagas previsto no certame.

(...)

Foram formulados os seguintes pedidos:

1. Determine-se à autoridade coatora o respeito à MEDIDA LIMINAR exarada no proc. n. 0624553-59.2019.8.06.0000, a qual determina que a incorporação os pontos pertinentes à sua prática jurídica, com todos os efeitos daí decorrentes, inclusive sua investidura (mormente tendo em vista que a serventia pretendida não está sub judice, mas disponível para outorga, por provimento, não havendo prejuízo, mas, sim, ganho à coletividade com a investidura da impetrante, devidamente aprovada no concurso, dentro das vagas, o que indiscutivelmente torna líquido e certo seu direito).

(...)

2. Notifique-se a autoridade coatora para, de imediato, cumprir a decisão, possibilitando a investidura da impetrante coletivamente, no ato previsto para 20/02/2020 (ou o mais rápido possível), para o que, desde logo, esta anexa a documentação requerida para o ato, considerando que, no momento, está suspensa a outorga da candidata, outorga esta da lavra do próprio Desembargador-Presidente, cuja revogação, pura e simples, sem ouvir a pessoa prejudicada em seus direitos, deve ser considerada nula já que contraria a súmula e jurisprudência do próprio STF.

(...)

4. Deferimento à Impetrante dos pontos a que faz jus, por estar a causa madura para julgamento, confirmando-se a liminar e notificando a autoridade coatora para imediato cumprimento e correções necessárias, reparando-se a injustiça à qual foi submetida a Impetrante.

É o relatório.

Decido

O presente *writ* merece indeferimento de plano.

A competência originária do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar o Mandado de Segurança é prevista no art. 105, I, "b", da CF:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;

Não cabe ao STJ analisar *writ* contra ato praticado por autoridade coatora não elencada no rol da alínea "b" acima transcrito, como ocorre no caso em exame. Na mesma linha:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. WRIT IMPETRADO CONTRA SUPOSTO ATO ILEGAL DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 41/STJ. 1. Agravo interno aviado contra decisão monocrática que julgou extinto, sem resolução de mérito, mandado de segurança impetrado originariamente, perante o STJ, contra suposto ato ilegal e abusivo do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

2. O art. 105, I, b, da Constituição Federal restringe a competência desta Corte para processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

3. "O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra atos de outros tribunais ou dos respectivos órgãos" (Súmula 41/STJ).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no MS 25.142/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 15/10/2019, DJe 18/10/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE

SEGURANÇA. PRECATÓRIO.

ATO PRATICADO POR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. STJ. INCOMPETÊNCIA. 1.

Segundo o disposto no art. 105, I, "b", da Carta Política de 1988, compete ao Superior Tribunal de Justiça o processamento e o julgamento de mandados de segurança impetrados contra atos da própria Corte, de Ministros de Estado, de Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

2. Hipótese em que o mandamus ataca decisão administrativa do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, referente a precatório, circunstância que atrai a incidência da Súmula 41 do STJ ("O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos").

4. Não se tratando de indicação equivocada da autoridade coatora, mas de mero erro no endereçamento do mandamus, admite-se a remessa dos autos ao tribunal competente para seu processamento e julgamento, nos termos do art. 64, § 3º, do CPC/2015.

5. Agravo interno desprovido, com a remessa do writ ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

(AgInt no MS 24.343/MS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 19/02/2019)

Ante o exposto, **indefiro a petição inicial e julgo extinto, sem resolução do mérito, o presente *mandamus*.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator